

Centralizar a vida, desnaturalizando a opressão: contribuições da Teoria da Reprodução Social às análises sobre *tradwives* e bebês *reborn* em redes sociais¹

Samara Sanches Brochado²
Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Resumo

O texto compõe a investigação teórica da tese de doutorado da autora, que coloca a Teoria da Reprodução Social (TRS) como referencial teórico-metodológico para pesquisas em Comunicação, oferecendo um quadro analítico que centraliza a reprodução social no capitalismo, fundamentada na premissa de que as opressões sociais, produção e reprodução social devem ser articuladas numa análise unitária. Para isso, este resumo delimitou-se a expor os pilares da TRS introduzindo-os, de modo preliminar, como base teórica para análise de dois fenômenos comunicacionais recentes: produção de conteúdos em redes sociais sobre *tradwives* e bebês *reborn*. Sugere-se, como hipótese, que tais fenômenos reforçam uma naturalização da responsabilidade pela reprodução social, servindo como dispositivos midiáticos constituídos por marcadores de raça, classe, sexualidade e transfobia.

Palavra-chave: teoria da reprodução social; teoria unitária; trabalho doméstico não remunerado; comunicação social.

A Teoria da Reprodução Social (TRS) compreende de modo unitário a reprodução social como condição da produção. Essa abordagem desloca o eixo da análise econômica para a política da vida. Para Bhattacharya (2023), a TRS empenha-se em remapear a estrutura de classes de maneira unitária, alicerçada em uma análise da totalidade das opressões que regulam o trabalho reprodutivo, propondo examinar as opressões derivadas da generificação das atividades de reprodução social. Fundamentada “nas práticas humanas corporificadas, através das quais a vida socio-material é produzida e reproduzida” (Ferguson; McNally, 2017, p. 27). A TRS analisa os trabalhos historicamente segregados à esfera doméstica (remunerados ou não) “recentralizando a organização social a partir da vida e não da sobrevivência” (Brochado, 2024, p. 207).

A partir dessas premissas, publicações em redes sociais digitais que exaltam as *tradwives* – pessoas que reivindicam a manutenção da divisão sexual do trabalho – e os

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Trabalho, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutora em Mídia e Cotidiano, professora do Curso de Publicidade e Propaganda, na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Pesquisadora dos GPs ESC - Ética para Além da Sociedade de Consumo (UFSC); GE-TRS - Grupo de Estudo sobre a Teoria da Reprodução Social (UFES). E-mail: samara.brochado@gmail.com.

bebês *reborn* – bonecos hiper-realistas que simulam recém-nascidos – operam como vetores semióticos que reforçam a naturalização de um ideal de reprodução social branco, cisnormativo e heterossexual. Esses conteúdos, amplificados por algoritmos que privilegiam o engajamento (engendramento da hegemonia) (Nabarrete Bastos, 2020) de ‘retorno à ordem’, funcionam como dispositivos discursivos que: atualizam o trabalho reprodutivo como vocação feminina (produzindo efeitos transfóbicos), hierarquizam corpos e desvalorizam o trabalho do cuidado.

Nas redes sociais, publicações sobre *tradwives* tem ganhado visibilidade por meio de conteúdos que performam uma ‘feminilidade tradicional’ como escolha pessoal e estilo de vida ideal. Esses conteúdos frequentemente resgatam estéticas específicas, discursos de submissão feminina e defesa da estrutura familiar heteronormativa. Aos olhos da TRS, esse fenômeno opera como um vetor ideológico que reforça a divisão sexual do trabalho, subordinando parte da categoria social ‘mulheres’ ao espaço doméstico. Não se trata apenas de um resgate estético, mas da reafirmação de um modelo de reprodução social baseado na cisgeneridade, na branquitude, na classe e na naturalização do trabalho reprodutivo como destino biológico, desconsiderando, inclusive, um universo de mulheres sem condições físicas para gestacionar uma criança.

Outro aspecto fica na operacionalidade algorítmica que prioriza conteúdos ressonantes, capazes de gerar reações rápidas. Afetos são, portanto, instrumentalizados como recurso para aumentar o tempo de permanência do usuário, maximizar cliques, curtidas e comentários, fatores estes capitalizados por meio de publicidade, sejam na forma de parcerias comerciais ou subsídios na produção de conteúdos por pessoas comumente conhecidas como *influencers*. O cuidado, nesse contexto, se torna a fetichização da própria reprodução social mediado por imagens e narrativas que visam alcançar públicos para monetização.

Ao transformar o desejo legítimo de relações empáticas em oportunidades de consumo, essas plataformas operam uma reconfiguração ética e simbólica do afeto: o cuidado deixa de ter um fim em si mesmo (valor de uso) e passa a ser um meio para fins mercadológicos. Portanto, a monetização em plataformas como Instagram e TikTok implica na transformação do cuidado de pessoas em uma mercadoria, esvaziando sua dimensão ética e coletiva.

Os *bebês reborn*, por sua vez, exemplificam a fetichização da maternidade, transformando o desejo de cuidado em mercadoria lucrativa. Aqui, a noção marxiana é

crucial: assim como as relações sociais são obscurecidas pelo valor de troca dos objetos, os *reborns* encobrem a exploração do trabalho reprodutivo real, substituindo-o por um simulacro comercializável. Esses bonecos não são apenas produtos, mas símbolos de uma maternidade idealizada, acessível apenas a quem pode pagar por eles, evidenciando como a classe regula o cuidado da reprodução social.

A fetichização dos *reborns* revela, inclusive, uma crise da solidariedade em uma sociedade onde o cuidado coletivo é precarizado. A branquitude dominante nesses bonecos (quase sempre são bebês brancos e adquiridos por pessoas brancas) reforça normas raciais, excluindo crianças negras do imaginário do cuidado infantil. Os *reborns* operam como mercadoria que, ao mesmo tempo que mercantilizam o afeto, esvazia o debate político — a exigência de que o trabalho reprodutivo seja coletivizado e valorizado.

Ao articular a Teoria da Reprodução Social à análise de fenômenos comunicacionais contemporâneos como *tradwives* e bebês *reborn*, este exercício teórico preliminar aponta caminhos para o aprofundamento da crítica da mídia sob uma perspectiva unitária entre produção e reprodução. Ao evidenciar a centralidade da reprodução social nos processos comunicacionais, o trabalho abre espaço para investigações futuras que articulem comunicação, trabalho e plataformas digitais, problematizando os limites entre o íntimo e o político, o afetivo e o mercantil, as subjetividades e as opressões inscritas na dinâmica social.

Referências

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da Reprodução Social: remapeando a classe, recentralizando a opressão**. São Paulo: Elefante, 2023.

BROCHADO, Samara Sanches. **Trabalho doméstico não remunerado, invisibilidade cotidiana entre a vida e o digital: análise da (não) mediatização nas redes digitais de movimentos sociais em defesa das mulheres**. 2024. 250 f. Thesis - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/33436>.

FERGUSON, Susan. Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. **Cadernos Cemarx**, [s. l.], n. 10, p. 13–38, 2018.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. Capital, força de trabalho. **Revista Outubro**, [s. l.], n. 29, p. 23–59, 2017.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. v. Livro I: o processo de produção do capital [recurso eletrônico]

NABARRETE BASTOS, Pablo. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **MATRIZES**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 193–220, 2020.

VARELA, Paula. La reproducción social en disputa: un debate entre autonomistas y marxistas. **Archivos de Historia del Movimiento Obrero y la Izquierda**, [s. l.], n. 16, p. 71–92, 2020.

VOGEL, Lise. **Marxism and the Oppression of Women: toward a Unitary Theory**. Leiden [Boston]: Brill, 2013.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.